

CURRÍCULO E IDENTIDADE: NOVOS TEMPOS, NOVOS SUJEITOS

Edilane de Jesus Gomes

Universidade do Estado da Bahia

Janaina de Jesus Santos

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente artigo objetiva discutir a produção de identidade do educando no contexto da escola, tendo em vista a relação dos sujeitos com os saberes e os poderes. Para tanto, primeiro, situamos teoricamente o currículo escolar; em seguida, traçamos um percurso sobre a produção de identidade e os elementos que produzem os educandos no entrelaçamento entre o individual e o coletivo. O currículo ordena, hierarquiza e seleciona os saberes para a educação, o que é determinante no processo de aprendizagem e de subjetivação. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e fez uma articulação entre teorias sobre educação, currículo, identidade e sujeito. Concluimos que é necessário que a escola reveja seus fundamentos, suas práticas e seu currículo para fazer frente às mudanças próprias de nosso tempo e promover práticas que fortaleçam a identidade dos educandos para o exercício pleno da cidadania, a socialização e o respeito às diferenças.

Palavras chave: Currículo. Educação. Identidade.

Considerações iniciais

Esta pesquisa aborda a produção da identidade dos educandos no currículo escolar, a fim de compreender a função da escola no contexto atual, considerando as diferenças culturais e suas relações sociais e históricas. Considerando as relações entre o currículo, o Projeto Político Pedagógico e as propostas dos sistemas de ensino, não seria interessante repensar os currículos da educação básica para promover práticas mais respeitadas e inclusivas? Nesse contexto, esta pesquisa tem os seguintes questionamentos: 1) como a escola pode contribuir na construção de um currículo que corresponda às demandas do direito à igualdade e às diferenças, sob a luz de estratégias que garantam que os educandos sejam contemplados na sua diversidade? e 2) como os discursos que acolhem a inclusão das diferenças podem interferir na construção da identidade no ambiente escolar para promover respeito às diferenças?

Os espaços educativos são lugares privilegiados para a visibilidade e a superação de dilemas sociais na busca da construção de uma sociedade igualitária e democrática.

Pensando nisso, o currículo pode ter como fontes de inspiração os saberes e as necessidades sociais; enquanto a escola pode introduzir possibilidades de leitura para uma visão da realidade. As características de cada indivíduo são delimitadas e estabelecem semelhanças e diferenças entre os seres humanos, destacando seu modo de pensar, ser e agir. Elas permitem-no se construir e desenvolver traços de sua própria história. A escola atual sofre com o desafio de aprender lidar com a diversidade e seus aspectos históricos e usar estratégias que contemplem a diversidade, para que, assim, consiga evitar a discriminação e a exclusão social e escolar.

Compreendemos que o papel da escola é contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes de sua realidade, que compreendam a sua própria identidade. Não é uma tarefa fácil, pois exige que a escola faça um currículo que supere os programas, conteúdos e métodos monopolíticos, seja mais flexível e dialogue com as culturas. É necessário que a escola tenha condições de elaborar e desenvolver um currículo que contemple a diversidade dos educandos. Considerando que o respeito à diversidade é um caminho para que a inclusão escolar e social aconteça de verdade, discutiremos o papel da escola diante da diversidade dos educandos, tendo em vista a relação do sujeito com as vozes que o constituem e as práticas que possibilitam a construção da identidade.

Para tanto, vamos identificar as possibilidades de modo de pensar e agir no mundo atual, considerando as especificidades de cada sujeito sob a luz do reconhecimento da diversidade de sujeitos e culturas; analisar como as práticas pedagógicas podem interferir no processo de constituição de identidade e nas relações que desenvolvem com os sujeitos no âmbito escolar; e, por fim, instigar discussões que reforcem o processo de identificação do sujeito pautado na construção da autonomia e que contribuam para os avanços significativos no domínio de conteúdos.

Estudar sobre identidade pode contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre a teoria social, o campo educacional, assim como a discussão política. Além disso, é relevante refletir quem somos nós, como nos transformamos em quem somos e, principalmente, nossas relações conosco e com os outros no âmbito da escola. Desse modo, a interação entre a experiência subjetiva e os cenários históricos e culturais produz as identidades e permite a produção de sentidos de si e do mundo.

A pesquisa é baseada nos pressupostos teórico-metodológicos arquegenealógicos foucaultianos, que permitem investigar as relações entre os discursos, os saberes e os poderes na produção do currículo e dos sujeitos. Está estruturada em duas seções: na primeira, vamos abordar a noção de educação voltada para as questões curriculares, percorrendo sobre os

enlaces entre currículo e conhecimento; na segunda, vamos discutir como se articulam as noções de identidade e sujeito no processo de construção do conhecimento em nossa sociedade.

Currículo como construtor de identidade: reflexões teóricas

Desde o século XIX, o mundo passou por profundas transformações nos saberes e nas estruturas da sociedade. Entretanto, o currículo escolar ainda está fortemente ancorado no modelo cartesiano clássico de hierarquizar e ordenar os conhecimentos, a partir de unidades menores para aquelas de maior complexidade. Isso repercute na concepção dos sujeitos na/da instituição escolar.

Abordar a educação exige uma reflexão a respeito da produção de saberes na escola, enquanto o *locus* de um conjunto de atividades que responde pela formação inicial do indivíduo, permitindo posicionar-se de maneira crítica. Em outras palavras, a escola produz saberes científicos ou não conduzidos por professores e alunos (DIAS, 2008).

As práticas de educação são tecidas com atos de dialogar, ensinar e aprender em meio às mudanças da sociedade. Moreira e Silva (1994) ressaltam que a educação está ligada à política da cultura. Para eles, o currículo não é apenas um acervo de saberes. Ele aparece no cotidiano da sala de aula, faz parte de uma tradição seletiva como resultado de tensões organizadas e desorganizadas, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas.

Conforme Libâneo (2002), os problemas educacionais no Brasil não são somente o professor, uma vez que, por trás da decadência da qualidade de aprendizagem, há outros fatores que afetam a educação, tais como, políticas educacionais mal desenvolvidas, baixo salário do professor, falta de infraestrutura das escolas e as condições de trabalho docente. Sendo assim, a prática pedagógica reproduz todo o contexto das condições da escola e seus sujeitos.

Nessa perspectiva, cabe à escola estar em diálogo constante com a sociedade, para adequar o currículo às necessidades da comunidade a ser atendida. Trata-se de um desafio para a instituição, como reguladora social, que, por vezes, se mostra despreparada para adequar às mudanças e às inovações. Diante das limitações, Freire (2000, p. 126) afirma que “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante”.

O currículo, por sua vez, determina os objetivos da educação escolar e propõe ações adequadas às suas propostas - o que, como e quando ensinar e as formas de avaliar. Ou seja, o

currículo é o conjunto de ações pedagógicas de construção social vinculado a um momento histórico. Dessa maneira, a educação e o currículo são envolvidos com o processo cultural, como construção de identidade.

Sacristán (2000) define o currículo como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionadas, que devem dar lugar à criação de experiências que tenham efeitos acumulativos, de modo que possa manter o sistema numa revisão constante. A concepção de currículo inclui aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação. Na mesma direção, o projeto pedagógico tem caráter político e cultural, pois reflete os interesses, aspirações, dúvidas e expectativas da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, o currículo é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar. No contexto brasileiro, a escola é um ambiente de diversidade e o currículo deve atender às necessidades dos alunos que os sistemas educacionais promoveram - não apenas nas atitudes e expectativas desses alunos, mas na construção de escola que proporcione visibilidade a todos e dê conta de suas especificidades.

Para entender as diferenças, Nilma Lino Gomes (2019) discute sobre o processo de descolonização dos currículos na escola brasileira. Ela enfatiza a possibilidade da mudança epistemológica e política na escola e na teoria educacional nos currículos escolares do ensino fundamental. Para a autora, não bastam apenas o reconhecimento e a vontade política para descolonizar os currículos, essa descolonização tem que vir acompanhada por uma ruptura política e social. Vivemos um momento em que debates sobre diversidade vêm ganhando espaço maior nas ciências humanas e sociais.

Nos dias atuais, a educação participa como um campo que tensiona as relações e coloca em circulação outras práticas e outros sujeitos. O tema da diversidade vem ganhando cada vez mais espaço em discussões educacionais, uma vez que a diversidade própria à realidade brasileira ainda carece de espaço no currículo escolar.

Há uma série de comportamentos, rituais, tradições e heranças, todo um contexto histórico e político que interferem no processo de construção da identidade de um grupo humano. Tradicionalmente, os currículos evidenciam a consolidação de opressão e discriminação a certos grupos sociais. Isso reforça, na prática, preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeito de certos comportamentos.

Portanto, o currículo é consolidado pelas relações de poder que forjam subjetividades e práticas coloniais. Por isso, argumentamos junto com Gomes (2019) que é necessário descolonizar o currículo das escolas brasileiras. Não é uma tarefa fácil por se tratar de um território em disputa entre diversos setores da sociedade. Isso torna a escola, muitas vezes,

presa em um pensamento conservador, de direita, fundamentalista, sob a justificativa de que está zelando pela moral e pela liberdade de expressão.

Os professores, como educadores, têm um papel importante para a construção de valores, regras e comportamentos dos educandos. Daí, sua posição central na transformação do currículo junto com a escola como um todo, tendo em vista que podem atuar como intelectuais transformadores e decisivos nas práticas pedagógicas. Segundo Giroux (1997), essa função política dos professores possibilita que seja mediador, legitimador e produtor de pensamento e prática social. Percebe-se, então, que a formação docente também acontece no interior da escola.

A partir de Giroux (1997), a prática do professor como intelectual transformador possibilita a construção de relações democráticas na formação do cidadão com foco na transformação social. Nesse sentido, compreendemos a escola como um campo político, arquitetada por relações de poder, assim como a sociedade mais ampla, pois pode se valer de pedagogias que incluem interesses políticos emancipatórios na luta pela equidade social. O autor assevera que os professores de escola pública têm pouca credibilidade social quanto ao oferecimento de uma liderança intelectual e moral aos jovens e suas responsabilidades de preparação dos alunos são ignoradas. Como consequência, em se tratando de reformas educacionais, a sociedade pretere a opinião dos professores em favor de burocratas.

Tendo no horizonte a importante função da escola na promoção de práticas democráticas, todos os alunos deveriam ser reconhecidos e tratados com igualdade de direitos no ambiente escolar. Entretanto, na realidade nem sempre acontece assim. Infelizmente, a discriminação ainda está presente na relação entre professores, educandos, funcionários e gestores.

Hoje, é sabida a necessidade de educar na igualdade e no respeito às diferenças para a realização de uma educação para a vida. Nesse sentido, André (2012, p. 124) argumenta que “Temos o direito a ser iguais, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Acolher as diferenças é um desafio que nossa sociedade ainda está aprendendo a resolver e, por sua vez, a escola também, uma vez que supõe o reconhecimento da alteridade.

Então, fica estabelecida a necessidade de oportunizar a aquisição, socialização e produção de saberes de várias matizes em todos os níveis de educação. Trata-se de práticas de descolonizar o currículo, na perspectiva de valorizar a diversidade e provocar deslocamentos na organização da estrutura social que, tradicionalmente, privilegia os saberes e os sujeitos advindos dos segmentos burgueses.

A constituição histórica da população brasileira é marcada pela heterogeneidade de etnias e discrepâncias econômicas. Porém, mesmo diante da cidadania marcada por diferenças, a instituição escolar demonstra resistência para tratar de práticas preconceituosas e discriminatórias. Constitui-se em um desafio para escola promover a superação desse cenário, reconhecer a diversidade social e valorizar a trajetória particular dos diversos grupos sociais.

Pensando com Foucault (2007), entendemos que o que está em questão nessa dificuldade da transformação é a maneira como os enunciados sobre a contribuição das diversas etnias na construção do país são silenciados, principalmente, no currículo escolar. Ao se regerem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis, alguns ditos são valorizados e circulam indefinidamente, enquanto outros são escondidos em estantes empoeiradas. Ou seja, a emergência de discursos que afirmam e reafirmam a importância de grupos tradicionais acaba por cristalizar sentidos da cultura e dos sujeitos que são valorosos. Essa relação saber-poder alimenta a manutenção do *status quo* no currículo e faz com o que a dominação seja naturalizada.

As estruturas de poder determinam a vontade de verdade em um determinado espaço e tempo, a partir de discursos científicos e suas instituições. Foucault (2007) ressalta que é preciso pensar os problemas políticos não como ciência/ideologia, mas em verdade/poder, uma vez que a verdade está ligada ao poder que a produz e apoia e, ancorada no poder é induzida a reproduzir. Pensando em exercícios de poder, é preciso fazer resistência e descolonizar os currículos para que as escolas façam ressoar em suas práticas estudos sobre diversidade, não como algo aleatório, mas como motor das práticas cotidianas entre seus sujeitos. Trata-se de contribuir para a formação dos educandos e educadores críticos, autônomos e democráticos, além de auxiliar na constituição da identidade de crianças, adolescentes e jovens no espaço escolar.

Destarte, o currículo e o conhecimento devem estar imbricados de tal forma que a educação possa apresentar respostas ao desafio de educar para a vida e para a transformação da sociedade, lastreadas pelos preceitos de respeito, igualdade e democracia. O currículo e as práticas escolares podem incorporar essa visão de educação que tende a trazer um olhar mais sensível para a diversidade humana. (GOMES, 2007).

Constituição de identidade: desafios na construção de novos saberes

Identidade é um conceito que não possui uma única definição, sua construção diz respeito à interpretação da realidade, é um processo de representação que tenta compreender a posição no mundo, ou seja, identidade é um conjunto de aspectos individuais que caracterizam um indivíduo constituído a partir de relações sociais mutáveis. Nessa esteira, a identidade cultural está assentada em relações sociais compartilhadas que estabelecem determinados valores, tradições, costumes dentre outros aspectos entre os membros de uma sociedade.

Os grupos de minoria representativa têm cobrando uma política de reconhecimento, tanto de suas diferenças e de suas múltiplas identidades, quanto das desvantagens e desigualdades sociais procedentes da discriminação social, racial, religiosa, regional, de gênero e opção sexual. Dessa forma, a escola tem o desafio de investir na superação da discriminação e promoção do conhecimento da riqueza representada pela diversidade que compõe a sociedade brasileira e, assim, entender os sentidos que produzem a vida de seus sujeitos.

Portanto, destacamos o papel central da escola na construção da identidade de crianças, adolescente e jovens, bem como na produção de entendimentos que as pessoas têm de si mesmas, do meio em que vive e de seu lugar na estrutura social. Esse entendimento é construído a partir de referências que são construídas socialmente como gênero, raça, classe social e nacionalidade. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação preconizam a democratização da escola e da educação, assim como a construção da cidadania, estabelecendo e determinando a autonomia da primeira e os paradigmas da segunda, os quais devem se fundar em práticas progressistas em favor do educando. A escola é apontada como um ambiente de diversidade cultural em que a constituição da identidade deve ser alicerçada em uma educação igualitária com práticas pedagógicas direcionadas para uma modificação no cenário social.

A escola contemporânea não tem demonstrado condições de lidar com os problemas resultantes da desigualdade e as consequências atingem a sociedade como um todo. Assim, a instituição vem encontrando dificuldade para efetivar a educação de sujeitos críticos e autônomos, assim como cumprir sua função social básica.

Atualmente, não podemos mais dizer que a cultura de um país ou região é única, pois as culturas estão em movimento pelo globo e, cada vez mais, estamos mais próximos um do outro culturalmente. Historicamente, o Brasil é um país com uma enorme diversidade, isso se deve à sua grande extensão territorial e à pluralidade de colonizações e influências que sofreu ao longo do processo de construção.

Nessa perspectiva, a identidade está relacionada com a forma de como nos vemos e nos posicionamos diante do mundo, é um processo contínuo, o que significa que a identidade de um

sujeito está sujeita a mudanças. Por outro lado, a identidade cultural preenche o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público, sendo que, ao mesmo tempo em que projetamos nossas particularidades no mundo interior, internalizamos também o mundo exterior. E é nessa relação que é construída a identidade.

Entende-se, então, que a identidade é um conceito analisado nas políticas educacionais e curriculares e deve ser compreendido como espaços posicionais e relacionais. Hall (2006) afirma que, atualmente, o local e o global estão atrelados um ao outro, porque cada um é a condição de existência do outro. Assim, é necessário que a educação aborde saberes que constituem o currículo para a formação de alunos e cidadãos, pois o conhecimento de mundo atua fortemente na produção da identidade e da visão de seu lugar na sociedade.

De acordo com Foucault (2008), cada época deve ser compreendida como uma extensão determinada de uma interrogação, mas talvez a modernidade se confunda com a abertura de uma questão. O filósofo toma por objeto o lugar de onde se anuncia e levanta o questionamento “quem somos nós?”. Não se trata de saber quem somos enquanto sujeitos universais, mas enquanto sujeitos ou singularidades históricas. Ou seja, qual é a historicidade que nos constitui como sujeito? Para Foucault (2008), não há sujeito que não seja histórico, é preciso se perguntar, enfrentar a pergunta, no sentido da busca da identidade. Desse modo, é possível dizer que a tarefa moderna é buscar a identidade do sujeito, não mais do sujeito cartesiano do conhecimento. Dessa forma, identidade, igualdade, diferença e diversidade têm sido preocupação para quem preza por uma educação em um contexto de diversidade.

Diante da realidade de diversidade, é necessário trabalhar conceitos para o convívio diversificado, a exemplo do respeito às diferenças, liberdade de expressão e solidariedade em relação aos outros. A diversidade no contexto escolar permeia várias atividades e, mesmo as crianças, conseguem reproduzir com perfeição experiências vividas no dia-a-dia como um modo de estar no mundo e de conviver com os outros. Candau (2011, p. 252) explica que “é necessário assumir uma postura de valorização e combate à discriminação em toda a dinâmica escolar”. Portanto, a relação do sujeito com sua identidade, com a cultura própria e do outro e o modo como a afetividade transita nela devem ser acolhidos no cotidiano escolar, pois tal experiência leva o sujeito a criar novos caminhos, em uma reorganização identitária. O sujeito se desloca de uma determinada posição em um movimento de vai e vem, constitui sua subjetividade frente a novas identificações que surgem em meio a imagens e vozes que nele são instauradas.

Nesse contexto, a produção da identidade pode ser um legitimador vinculado a uma instituição. A resistência acontece quando sujeitos sociais depreciados redefinem seu papel em sujeito coletivo, de acordo com as condições históricas. Esses processos estão entrelaçados no desenvolvimento local e fundamental para a compreensão das identidades.

Hall (1998) explica que, na condição de sujeito social, é impossível imaginar o homem fora do contexto em que vive. O educando, ao ir para a escola, leva consigo saberes e marcas do seu contexto cultural e deve ser considerado em sua complexidade de ser humano, em sua singularidade no processo de aprendizagem e interação.

Há que se considerar, igualmente, que a identidade é investida por processos inconscientes e não inatos. O sujeito é produzido pela linguagem, na qual vozes se abrigam - ora convergem, ora divergem. No contato com o outro a sua volta se reconhece nas relações e vai sendo capturado. Esses inúmeros movimentos possibilitam o reconhecimento próprio e do outro, bem como o pertencimento aos grupos e ao mundo.

Hall (1998, p.7) diz que a identidade é um problema relevante dentro do contexto em que as identidades não se refiram a grupos fechados ou étnicos, também se tornam instáveis, híbridas e deslocadas de um vínculo local. Para o autor, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado”. Tais mudanças iniciaram nas sociedades modernas e transformaram a ideia que temos de sujeito e as formas de identidade. De modo que o sujeito, antes, portador de uma identidade única e estável, está se fragmentando em várias identidades e sendo produzido em uma constelação cada vez maior de identidades provisórias, variáveis e problemáticas.

As identidades que correspondem a um determinado contexto social estão em declínio, a sociedade não pode mais ser vista como determinada, mas em movimento, fazendo com que novas identidades apareçam continuamente, em um processo de fragmentação do indivíduo moderno. Hall (1996, p. 68) argumenta que, ao invés de considerar a identidade por um fato, esta é representada pelas novas práticas culturais, pensada como uma produção que nunca se completa, que sempre está em processo e é constituída interna e não externa à representação. Em suas palavras, “[...] as identidades culturais refletem como um ‘povo uno’ tal ‘unidade’, subjacente a todas as diferenças de superfície [...]”. As identidades culturais têm história de alguma parte, mas como tudo que é histórico, sofrem transformações ao longo do tempo. Logo, a identidade cultural não possui uma origem fixa, na qual tem um retorno final e absoluto, tem histórias com efeitos reais,

materiais e simbólicos. Assim, as identidades culturais são pontos de identificação que acometem no interior dos discursos da cultura e da história.

À luz das contribuições do pensamento freiriano, refletimos que o ser humano é propenso à mobilidade e, por ser inacabado, utiliza suas potencialidades no contato com sua realidade para buscar respostas que o permita superar o inacabamento. Freire (1989, p. 35) diz que “não há educação fora da sociedade humana e não há homens isolados”, pois trata-se de um ser social que é historicamente situado. Deste modo, a educação garante a integração das pessoas na sua realidade e proporciona instrumentos que ajudam na tomada de consciência de seu inacabamento.

Tomamos, uma vez mais, as palavras do pedagogo brasileiro para afirmar que “[...] o homem não vive autenticamente enquanto não se acha integrado com a sua realidade. Criticamente integrado com ela. E que vive vida inautêntica enquanto se sente estrangeiro na sua realidade. [...] Alienado da sua cultura” (FREIRE, 2003, p. 28). É crucial ao sujeito saber sobre o mundo, ter consciência de si, corporificar seus preceitos e assumir seus desejos na busca de uma existência pautada pelo respeito e igualdade. A construção da identidade demanda exercício e assunção permanente dos preceitos democráticos e progressistas para a existência política e pedagógica. A democracia, na concepção freiriana, é uma construção coletiva pautada no diálogo, na problematização e na solidariedade e responsabilidade social e política, ou seja, no sentimento de consciência, respeito e pertencimento.

Portanto, entendemos a identidade como um processo de criação de sentidos pelos grupos e pelos indivíduos, produzido em interação com os diferentes grupos e formado mediante os elos estabelecidos, pois, como afirma Morim (2002, p. 64), “o vínculo entre a unidade e a diversidade das culturas é crucial”. A função formadora da escola pode promover cidadania e inclusão social, mas, para tanto, precisa repensar o currículo e levar em consideração as identidades dos discentes e sua história. Então, a identidade é tecida por meio de relações entre saberes e poderes em circulação em determinado momento, que permitem a construção de uns sentidos e não de outros.

Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a percepção da escola como um ambiente de interação social, que permite a construção da identidade do sujeito a partir das relações entre si. E, para que aconteça de fato a inclusão de discussões sobre a diversidade, é necessário começar pelo currículo, pois é ao redor dele que gira toda prática pedagógica. Então, descolonizar o currículo é um grande desafio para a educação escolar, uma vez que a demanda curricular que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana exige transformação nas práticas e descolonização do currículo monocultural e a mesma restringe mudanças dos lugares de poder.

É imperativo que a escola reveja seus fundamentos, suas práticas e seu currículo para fazer frente às mudanças engendradas pela sociedade da informação. Entretanto, há de se manter no horizonte que elas são contínuas e multidirecionais, o que, por si só, requer uma flexibilidade constante na concepção dos processos educativos e da escola; e, também, assumir que não se trata de um percurso em direção ao progresso, onde velhos problemas são solucionados definitivamente.

Na organização disciplinar a escola organizava, hierarquizava e selecionava os saberes em resposta à necessidade de sistematização do conhecimento que devia ser preservado e circular na instituição escolar. O currículo era o dispositivo por excelência dessa ordenação dos saberes. Quanto a seus sujeitos, o professor ocupava a posição central no processo de ensino como o “detentor do conhecimento”; enquanto os alunos são concebidos como simples receptores sem posicionamento ante o conhecimento.

Com a fragmentação e o descentramento próprios da atualidade, a escola como instituição disciplinar se vê em crise diante de numerosas e complexas demandas sociais. O currículo, por sua vez, é tensionado por todos os lados para articular saberes tradicionais e aqueles que emergem junto com os discursos de reconhecimento dos diversos processos de subjetivação. O sujeito educador é confrontado com uma pluralidade de saberes e de sujeitos educandos, que lhe impõem outras dimensões do processo de ensino-aprendizagem, agora em constante deslocamento. Temos, portanto, sujeitos em constante mudança e aprendizado para conseguir lidar com suas identidades e funções na sociedade.

Finalizamos pensando com Gomes (2016) ao explicar que, quando se assume a diversidade, nos posicionamos contra as diversas formas de dominação, exclusão e de discriminação. Somente assim, entendemos a educação como direito social e respeitamos a diversidade no interior do campo político. Portanto, é preciso lutar por um currículo que valorize a diversidade, que a veja de forma positiva e a coloque em visibilidade.

Referências

ANDRÉ, João Maria. **Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião.** Lisboa. Ed. Palimage, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteira.org>.

DIAS, Adelaide Alves. A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos. In: Zenaide, Maria de Nazaré Tavares, et al. **Direitos humanos: capacitação de educadores.** Fundamentos Culturais e educacionais da educação em direitos humanos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. 2, p. 157-161.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p.1-14.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** 3. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIROUX, Henry Armand. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, J. B-. TORRES, N. M-. GROSFOGUEL, R. Org(s) **Decolonidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019 p. 139-170

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo;** BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 11. ed. 2006.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: SILVA, Aida Maria Monteiro et al. **Didática, currículo e saberes escolares**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-45.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo. Cortez, 1994.

SOBRE AS AUTORAS

Edilane de Jesus Gomes

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagens e Sociedade –PPGELS e Graduada em Letras com Habilitação em Língua Inglesa e suas respectivas literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Integrante do Laboratório de Estudos do Audiovisual e do Discurso- AUDiscurso/CNPq/UNEB. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia - FAPESB. lannyedigomes@gmail.com

Janaina de Jesus Santos

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP. Professora adjunta na Universidade do Estado da Bahia. UNEB/Campus VI. atua no Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS/UNEB e lidera o Laboratório de Estudos do Audiovisual e do Discurso - AUDiscurso/UNEB/CNPq. jj santos@uneb.br